

**EDUCAÇÃO ESCOLAR E MARXISMO: UM BREVE RETORNO AOS ESCRITOS
MARXIANOS**

**EDUCACIÓN ESCOLAR Y MARXISMO: UN BREVE RETORNO A LOS ESCRITOS
MARXIANOS**

SCHOOL EDUCATION AND MARXISM: A BRIEF RETURN TO MARXIAN WRITINGS

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i3.49253>

Fernanda Bartoly Gonçalves de Lima¹

Resumo: O artigo objetivou realizar uma explicitação do que a teoria marxiana elaborou diretamente sobre a educação, de forma a fornecer uma visão geral do que se pode considerar uma proposta educacional realizada diretamente por Marx e Engels. Com tal objetivo, buscou-se nos textos marxianos trechos que trazem concepções, princípios e reflexões sobre como deveria se realizar uma educação escolar que se alinha à proposta revolucionária. Percebeu-se, de forma geral, que o pensamento educacional marxiano gira em torno da defesa de uma escolarização pública e gratuita e de uma formação omnilateral, com a união entre ensino e trabalho produtivo. Além disso, destaca-se a perspectiva revolucionária que prevê uma formação do ser humano em sua ontologia – o ser que tem a possibilidade concreta de transformar a realidade na qual se encontra.

Palavras-chave: Textos marxianos. Educação escolar. Educação politécnica. Formação omnilateral.

Resumen: El artículo tuvo como objetivo hacer una explicación de lo que la teoría marxista elaboró directamente sobre la educación, con el fin de brindar un panorama de lo que puede considerarse una propuesta educativa realizada directamente por Marx y Engels. Con este objetivo, buscamos en los textos marxistas pasajes que aporten concepciones, principios y reflexiones sobre cómo debe llevarse a cabo una educación escolar que se alinee con la propuesta revolucionaria. Se notó, en general, que el pensamiento educativo marxiano gira en torno a la defensa de una escolarización pública y gratuita y de una formación omnilateral, con la unión entre la enseñanza y el trabajo produtivo. Además, se destaca la perspectiva revolucionaria, que prevé la formación del ser humano en su ontología, el ser que tiene la posibilidad concreta de transformar la realidad en la que se encuentra.

Palabras clave: Textos marxianos. Enseñanza. Educación politécnica. Formación omnilateral.

Abstract: The article aimed to make an explanation of what Marxian theory directly elaborated on education, in order to provide an overview of what can be considered an educational proposal carried out directly by Marx and Engels. With this objective, we searched in the Marxian texts for passages that bring conceptions, principles and reflections on how a school education that aligns with the revolutionary proposal should be carried out. It was noticed, in general, that the Marxian educational thought revolves around the defense of a public and free schooling and of an omnilateral formation, with the union between teaching and productive work. In addition, the revolutionary perspective is highlighted, which foresees the formation of the human being in its ontology – the being that has the concrete possibility of transforming the reality in which it finds itself.

Keywords: Marxian texts. Schooling. Polytechnic education. Omnilateral formation.

Introdução

A educação escolar, sendo o locus de formação humana que é realizada de forma sistemática e intencional (SAVIANI, 1991), possui alto potencial para direcionar os rumos da sociedade, justamente por ser o espaço destinado a formar os sujeitos que irão compor essa sociedade. Por conseguinte, a educação escolar acaba sendo campo de disputa entre as perspectivas sociais de conservação do assim existente e as de transformação do assim existente.

O campo de estudos e propostas educacionais que se voltam à perspectiva de transformação do assim existente destaca-se como um terreno fértil de proposições que se alinham ao marxismo, devido a característica revolucionária da teoria marxiana. Dessa forma, há uma grande oferta de teorias educacionais marxistas, que tanto contribuem para se vislumbrar possibilidades de se realizar uma educação revolucionária – teorias essas que levam em consideração o contexto histórico-social do local em que surgem.

Nesse sentido, essas teorias se apoiam no aporte teórico marxiano, ou seja, nos escritos realizados diretamente por Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895), e a partir daí, com acurada análise do cenário na qual se encontram, desenvolvem suas proposições. Porém, como todas as teorias que são amplamente utilizadas ao longo de séculos, há espaços para distorções, sendo possível que se desenvolvam pressupostos que justamente contradizem a teoria original a qual anunciam usar como referencial.

Na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento de propostas marxistas educacionais, entende-se que vale o esforço de se voltar à teoria marxiana, ou seja, resgatar nos seus escritos diretos aquilo que amparou a construção de uma importante e atual via revolucionária educacional. Para tal empreitada, se realiza uma explicitação do que a teoria marxiana elaborou diretamente sobre a educação, com suas formulações que serviram como base para se estruturar propostas pedagógicas revolucionárias. Se realiza, assim, uma visão geral do que se pode considerar uma proposta educacional realizada por Marx e Engels.

Pensamento educacional marxiano

Entende-se como pensamento educacional marxiano o que foi elaborado sobre educação e ensino nos textos produzidos diretamente por Marx e Engels. Essas questões não foram aprofundadas pelos autores, de forma que não há propriamente uma obra que se dedique a tal temática, tampouco uma proposta de um sistema pedagógico completo. É possível, todavia, colher ponderações sobre a questão educativa e do ensino que aparecem ao longo de suas obras.

Isso não quer dizer, no entanto, que as referências sejam simples opiniões conjunturais, e, enquanto tais, perfeitamente desprezíveis do ponto de vista teórico. É certo que muitas vezes tratam-se de opiniões *al filo* dos acontecimentos, porém não é à toa que, no geral, as afirmações conjunturais de Marx e Engels não perdem nunca de vista a generalidade, tanto de seu pensamento quanto da circunstância histórica [...]. Se as opiniões de Marx e Engels não constituem um sistema [pedagógico], estabelecem um marco e abrem vias por onde o sistema pode começar a construir-se (LOMBARDI, 2011, p. 06-20).

Desta forma, referenciais encontrados na teoria marxiana serviram de base para propostas educativas marxistas, além de trazerem pilares que fundamentaram propostas de pedagogias que emergiram

em diferentes locais ao longo do século XX, influenciando o “desenvolvimento da organização do sistema de ensino em Cuba, na Rússia e em alguns países do Leste Europeu” (ABREU, 2009, p. 02), que se estruturaram levando em consideração a sua realidade concreta.

Lembra-se que a própria teoria marxiana também é concebida em correlação com a realidade concreta, de forma que suas proposições, relacionadas à educação e ao ensino, dialogam com o contexto europeu do século XIX. Neste sentido, o pensamento educacional marxiano é produzido em ressonância ao desenvolvimento produtivo fabril que deslanchava junto ao aprofundamento da desigualdade e exploração humana. Por ser uma teoria com uma característica não apenas de militância, mas também de investigação cientificamente fundamentada, as propostas educativas marxianas carregam a expectativa de uma luta e resistência à degradação formativa humana operada pela lógica capitalista, ao mesmo tempo em que se estruturam pela compreensão objetiva das leis que operam esse sistema, e pela possibilidade de superação em direção à sociedade comunista.

Isto posto, se percebe que, de forma geral, o pensamento educacional marxiano gira em torno da defesa de uma *escolarização pública e gratuita* e de uma *formação omnilateral*, com a *união entre ensino e trabalho produtivo* (MARX; ENGELS, 2008). A proposição de união entre trabalho produtivo e ensino se fundamenta a partir de sua crítica ao modelo formativo burguês que estrutura a contraposição de dois tipos de escolarização: uma para as classes dominantes e outra para a classe trabalhadora (isso quando a educação escolar não é completamente negada à essa última). Para a classe trabalhadora se oferece uma educação multifacetada e superficial, voltada para a aquisição de habilidades práticas para sua eficiência dentro do modelo de produção capitalista, enquanto as classes dominantes recebem uma formação “desinteressada”, apartada das questões relativas à produção social da vida (MANACORDA, 2007). Na primeira, se forma o trabalhador manual, e na segunda o consumidor, o gestor, o intelectual tradicional, ambos fragmentados enquanto seres humanos.

Trata-se de uma crítica que faz referência a uma consequência direta da divisão do trabalho manual e intelectual, pois com esta separação se abre a possibilidade da “atividade espiritual e a atividade material, a fruição e o trabalho, a produção e o consumo caberem a indivíduos diferentes” (MARX; ENGELS, 2009, p. 46). Desta forma, como explica Lombardi (2011), o ponto de partida para a crítica marxiana ao sistema educativo burguês se refere à questão da divisão do trabalho no sistema capitalista, que ao segmentar a atividade fundamentalmente humana entre trabalho intelectual e trabalho manual, fraciona também o ser social, o alienando em sua humanidade. Uma questão que se alinha à própria raiz da alienação humana no sistema capitalista, entendendo que a fragmentação da atividade trabalho entre manual e intelectual em si seria a expressão da organização socioeconômica em torno da propriedade privada: “Divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – numa enuncia-se em relação à atividade o mesmo que na outra se enuncia relativamente ao produto da atividade” (MARX; ENGELS, 2009, p. 47). Tendo como intenção a superação revolucionária dessa organização social, fazia-se necessário compreender como a educação poderia operar de forma subversiva à essa estruturação.

A resposta propositiva à essa questão já tinha sido esboçada inicialmente no texto engiliano *Princípios do Comunismo*, de 1847, no qual visualiza uma organização social do trabalho para o comunismo.

A indústria praticada em comum, segundo um plano estabelecido em função de um plano feito de acordo com o conjunto da sociedade, implica em homens completos, cujas faculdades tenham se desenvolvido em todos os sentidos e que estejam em condições de ter uma visão clara de todo o sistema produtivo. A divisão do trabalho, que faz de um camponês, de outro um sapateiro, de um terceiro um trabalhador e de um quarto um especulador da bolsa, está a partir de agora socavada pelo desenvolvimento do maquinismo e desaparecerá completamente. *Para se educar, os jovens poderão recorrer rapidamente todo o sistema produtivo, a fim de que possam passar sucessivamente pelos diversos ramos da produção segundo as diversas necessidades sociais e suas próprias inclinações.* Por ele, a educação os libertará do caráter unilateral que imprime a cada indivíduo a atual divisão do trabalho. Desta forma, a sociedade organizada, segundo o modo comunista, dará a seus membros oportunidades para desenvolverem tanto os seus sentidos como as suas aptidões. O resultado é que, necessariamente, desaparecerá toda a diferença de classe. Por isso, a sociedade organizada segundo o modo comunista é incompatível com a existência de classes sociais e oferece diretamente os meios para eliminar tais diferenças de classe. Acontece, por outro lado, que a oposição entre a cidade e o campo também desaparecerá. A gestão da indústria, e da agricultura pelos próprios homens, e não por classes diferentes, é uma condição necessária da associação comunista, ainda que fosse por simples razões materiais (ENGELS, 2011, p. 134-136, grifos nosso).

Nessa elaboração, Engels (2011) propõe uma educação vinculada ao trabalho, que permite ao estudante percorrer todo o sistema produtivo, sendo realizada igualmente a todos os indivíduos, defendendo o que seria uma educação condizente com a sociedade comunista. Sendo entendida como uma proposta com elementos reformistas e utópicos (MANACORDA, 2007), ou sendo considerada como um projeto a se realizar a longo prazo (LOMBARDI, 2011), este trecho engelianos se confronta com o escrito marxiano de mesmo período, no qual se denuncia o caráter multifacetado e superficial da educação da classe trabalhadora dentro da sociabilidade capitalista, que prevê uma formação polivalente nos diversos segmentos laborais.

O verdadeiro significado da educação, para os economistas filantropos, é a formação de cada operário no maior número possível de atividades industriais, de tal modo que, se é despedido de um trabalho pelo emprego de uma máquina nova, ou por uma mudança na divisão do trabalho, possa encontrar uma colocação o mais facilmente possível. (MARX, 2011b, p. 114).

Ou seja, a proposta de formação educacional a partir dos diversos ramos do sistema produtivo recebe, no capitalismo, o caráter de aprofundamento da alienação humana. Entretanto, apesar de Marx (2011b) contrapor o elemento da fragmentação e utilitarismo que a proposta educativa burguesa poderia oferecer ao aproximar trabalho e educação para as classes trabalhadoras, a premissa da união do ensino com o mundo da produção não é por completo abandonada. Pelo contrário, esta hipótese é recuperada e expressa na obra *O capital* (MARX, 2013) em 1867, utilizando-se o princípio de se subverter o capitalismo a partir do desenvolvimento de suas próprias contradições. A aproximação do mundo do trabalho na educação escolar é uma necessidade do sistema capitalista, porém seu aprofundamento, radicalização e disseminação é uma prerrogativa da futura sociedade comunista. Neste prosseguimento, a preocupação de Engels (2011) em fazer com que os jovens percorressem todo o sistema da produção é “retomada com tudo aquilo que se refere à libertação do homem da subordinação a um só ramo da produção e assim por diante” (MANACORDA, 2007, p. 45). Com essas ponderações, a teoria marxiana encontra no socialismo utópico a inspiração de como a educação poderia auxiliar na subversão da fragmentação formativa oferecida na

sociedade burguesa por meio do próprio desenvolvimento produtivo burguês, que em seu contexto se expressava no desenvolvimento da fábrica.

Do sistema fabril, como podemos ver em detalhe na obra de Robert Owen, brota o germe da educação do futuro, que há de conjugar, para todas as crianças a partir de certa idade, o trabalho produtivo com o ensino e a ginástica, não só como forma de incrementar a produção social, mas como único método para a produção de seres humanos desenvolvidos em suas múltiplas dimensões (MARX, 2013, p. 678).

Com a previsão de uma união da educação intelectual, corporal e o trabalho produtivo, uma ideia assumidamente incorporada do socialista utópico Robert Owen (1771-1858), a proposta marxiana prevê uma forma do sistema educativo corroborar com uma formação de seres humanos plenamente desenvolvidos, uma formação que é expressamente obstaculizada pela estruturação do sistema social capitalista. Desta forma, propõe-se introduzir um tipo de ensino capaz de unir o desenvolvimento do trabalho manual ao intelectual, reafirmando a necessidade de assimilar força de trabalho junto à capacidade criadora dos homens. Uma proposta que se caracteriza como revolucionária por tratar de formar o ser humano não só capaz de se manter no sistema capitalista, mas também de transcendê-lo, por possuir as habilidades de, além de operar o sistema produtivo, compreendê-lo, organizá-lo e transformá-lo. O ser humano formado dentro desta lógica seria o ser compatível com a sociabilidade comunista.

Com estes princípios, se formula a defesa da formação do ser humano em sua omnilateralidade². A compreensão de formação omnilateral na teoria marxiana se relaciona com a compreensão ontológica de ser social, que possui a capacidade de, com sua prévia ideação, colocar em prática ações que transformam não apenas o mundo a sua volta, mas também a si mesmo. O desenvolvimento gerado pela união entre capacidade intelectual e manual permite o progresso humano em seu potencial emancipador, por desvelar que a realidade social com a qual se depara não é resultado de forças externas à humanidade, mas resultado da própria história da humanidade. Sendo a capacidade criadora a característica que diferencia os seres humanos dos outros animais, por não apenas se adaptar à situação existente, mas também transformá-la, a formação omnilateral tem por objetivo

formar uma vida da comunidade em que ciência e trabalho pertençam a todos os indivíduos. Isso significa que a escola não pode deixar de se configurar a não ser como o processo educativo em que coincidem a ciência e o trabalho; uma ciência não meramente especulativa, mas operativa, porque, sendo operativa, reflete a essência do homem, sua capacidade de domínio sobre a natureza; um trabalho não destinado a adquirir habilidades parciais do tipo artesanal, porém o mais articulado possível, pelo menos em perspectiva, à tecnologia da fábrica, a mais moderna forma de produção (MANACORDA, 2007, p. 75).

Considerando a perspectiva materialista histórica, a formação omnilateral se configura como um modelo de humanidade a se almejar, não significando que essa formação, em si, poderia gerar seres humanos completos enquanto ainda no sistema capitalista. Afinal a omnilateralidade se realizaria pelo desenvolvimento das forças produtivas em sua totalidade, dominada pela totalidade dos indivíduos livremente associados (MANACORDA, 2007). Entretanto, a formação omnilateral se refere ao tipo de formação capaz de concorrer e rivalizar com a propensão formativa capitalista. “Ao critério burguês da pluriprofissionalidade, Marx opõe a ideia da onilateralidade, do homem completo, que trabalha não apenas

com as mãos, mas também com o cérebro e que, consciente do processo que desenvolve, domina-o e não é por ele dominado” (MANACORDA, 2007, p. 101). Sendo assim, ao se defender uma formação unilateral, se denuncia e se contrafaz o aspecto unilateral que a configuração do sistema capitalista institui à formação dos indivíduos. A formação unilateral estruturada pelo sistema capitalista e retroalimentada pela educação burguesa, permite apenas o desenvolvimento fragmentado do ser em sua humanidade.

Se as circunstâncias em que este indivíduo evoluiu só lhe permitem um desenvolvimento unilateral, de uma qualidade em detrimento de outras, se estas circunstâncias apenas lhe fornecem os elementos materiais e o tempo propício ao desenvolvimento desta única qualidade, este indivíduo só conseguirá alcançar um desenvolvimento unilateral e mutilado. E não há práticas morais que possam mudar este estado de coisas (MARX, ENGELS, 2011, p. 43).

Manacorda (2007) acrescenta, ainda, a questão da divisão da própria moral quando na formação unilateral dos sujeitos na sociedade capitalista. A fragmentação do indivíduo alcança o nível da conduta moral pois, no capitalismo, as prerrogativas econômicas chocam-se diretamente com as questões morais, religiosas etc, na qual o ser humano teria que optar por qual seguir. Mantém-se, assim, um conflito de diferentes esferas sociais frente às ações humanas.

Tudo o que é teu debes fazê-lo venal, isto é, útil. Se pergunto ao economista: obedeço às leis econômicas se consigo dinheiro com a entrega, com a venda de meu corpo ao prazer alheio? (os operários fabris em França chamam a prostituição de suas esposas e filhas de enésima hora de trabalho, o que é literalmente certo); não atuo de modo econômico ao vender meu amigo aos marroquinos? (e a venda direta dos homens na qualidade de comércio de recrutas, etc, tem lugar em todos os países civilizados), assim o economista me responde: não aces contra minhas leis, mas olha o que dizem a senhora Moral e a senhora Religião; minha moral e minha religião econômicas não têm nada que censurarte. Mas em quem tenho eu que acreditar então, na economia política ou na moral? A moral da economia política é o ganho, o trabalho e a poupança, a sobriedade, mas a economia política promete satisfazer a minhas necessidades. A economia política da moral é a riqueza de boa consciência, de virtude, etc. Mas como posso ser virtuoso, se não sou? Como posso ter boa consciência, se não sei nada? Tudo isto está fundado na essência da alienação: cada uma aplica-me uma medida diferente e oposta, a moral aplica-me uma e a economia política outra, porque cada uma destas é uma determinada alienação do homem e fixa um círculo particular da atividade essencial alienada; cada uma delas se relaciona de forma alienada com a outra alienação (MARX, 2008a, p. 142-143).

A unilateralidade do ser humano no capitalismo realiza, portanto, a fissura no interior das próprias atividades humanas, ao estabelecer considerações advindas de uma estruturação econômica que opera com a prerrogativa da alienação. Consonante, a constituição unilateral decorrente do sistema capitalista atua de tal forma que coloca a individualidade e coletividade em posições antagônicas irreconciliáveis, sendo apenas possível uma negociação que flerta constantemente com os limites da civilidade humana. Concorrendo com esta predisposição formativa decorrente do sistema capitalista, se formula a proposta de uma formação unilateral que, ao se dirigir a uma formação para o trabalho junto à educação intelectual e corporal, busca fornecer ao ser humano o tipo de formação condizente com a característica ontológica da humanidade, restabelecendo o elo perdido entre as necessidades individuais humanas e a moral, ética, interesses coletivos.

De acordo com Marx (2011a) este tipo de formação se materializaria nas chamadas escolas politécnicas. Na proposta marxiana, o termo politecnismo é utilizado para expressar claramente uma formação que se pauta pela apropriação das mais desenvolvidas formas de se realizar o trabalho produtivo,

porém não apenas em sua técnica, mas em sua concepção e relação com a criação e transformação da realidade concreta, sendo inviável, portanto, de ser fragmentado de sua expressão intelectual e corporal. Sendo assim, o politecnismo

exprime a exigência de fazer adquirir conhecimentos de fundo, isto é, as bases científicas e tecnológicas da produção e a capacidade de manejar os instrumentos essenciais das várias profissões, isto é, de trabalhar – conforme a natureza – com o cérebro e as mãos, porque isso corresponde a uma plenitude do desenvolvimento humano (MANACORDA, 2007, p. 101).

Apesar de significar uma aproximação do trabalho e do ensino, ou seja, do mundo formativo ao mundo produtivo, o politecnismo se estrutura de forma antagônica em relação a como se estrutura o mundo do trabalho no capitalismo. Não se trata de capacitar o indivíduo em sua mais tenra idade para o trabalho produtivo. Devidamente, a previsão da união entre educação e trabalho vem acompanhada da defesa da abolição do trabalho infantil nas fábricas na forma como qual se desenvolve no capitalismo: “educação pública e gratuita de todas as crianças. Supressão do trabalho das crianças em fábricas, em sua forma atual. Combinação da educação com a produção material, etc.” (MARX; ENGELS, 2008, p. 61). O trecho demonstra, também, que a previsão da união pedagógica dos estudantes com a produção material não sugere a eliminação do modelo educacional burguês revolucionário, mas sim a sua apropriação e reestruturação, mantendo-se, assim, a educação escolar pública. Os princípios tais como universalidade, laicidade, gratuidade, na compreensão marxiana, devem ser aprofundados e radicalizados.

Portanto, a questão não é ajustar a educação em prol da atividade laboral, mas trazer a atividade produtiva humana, em sua qualidade ontológica, para a esfera formativa. Com isso se torna claro que a teoria marxiana não compactua com a exploração do trabalho infantil, mas sua proposta trata de perceber o trabalho produtivo como atividade humanizadora, compatível com sua compreensão ontológica do ser social. Neste ponto a teoria marxiana realiza a defesa pela união do ensino e trabalho produtivo ao mesmo tempo em que denuncia a degradação humana resultante do trabalho produtivo no sistema capitalista.

Marx, ao aceitar o princípio da união do ensino ao trabalho material produtivo, exclui, no entanto, qualquer instrução desenvolvida na fábrica capitalista, tal como essa se apresenta, porque, para ele, a fábrica não é um sistema que elimina a divisão do trabalho, mas antes um sistema que, unicamente pela intervenção política (que não se reduz apenas às medidas imediatas e insuficientes), poderá, ao abolir seus aspectos mais alienantes, desenvolver uma função libertadora (MANACORDA, 2007, p. 40-41).

É importante lembrar que as propostas marxianas dialogavam sempre com as condições concretas no qual estas se inseriam, de forma que se constituiu como cabível realizar concessões em seus ideais em nome de um avanço em direção às suas propostas. Em um contexto no qual se travava uma luta política para que crianças e jovens trabalhadores pudessem ir à escola, ao instituir legislativamente que essa criança e esse jovem trabalhador tivessem uma escolarização obrigatória, se aponta os aspectos contraditórios da união educação e trabalho produtivo no sistema capitalista. O longo trecho a seguir demonstra, assim como a reprovação da forma como a qual a atividade trabalho se desenvolve no sistema capitalista, o apelo para que crianças e jovens trabalhadores fossem à escola, ao se expressar os benefícios que a junção do trabalho produtivo à educação poderia oferecer no interior da formação escolar, ainda que burguesa.

Por mais mesquinhas que pareçam quando tomadas em conjunto, as cláusulas educacionais da lei fabril proclamam o ensino primário como condição obrigatória para o trabalho. Seu sucesso demonstrou, antes de mais nada, a viabilidade de conjugar o ensino e a ginástica com o trabalho manual e, portanto, também o trabalho manual com o ensino e a ginástica. Os inspetores de fábrica logo descobriram, com base em depoimentos de mestres-escolas, que as crianças das fábricas, apesar de só receberem a metade do ensino oferecido a alunos regulares, de tempo integral, aprendem tanto quanto estes, e às vezes até mais. [...] a jornada escolar unilateral, improdutiva e prolongada das crianças das classes mais elevadas e média aumenta inutilmente o trabalho dos professores, “enquanto ele desperdiça o tempo, a saúde e a energia das crianças de um modo não só infrutífero, como absolutamente prejudicial” [...]. Como vimos, ao mesmo tempo que a grande indústria suprime tecnicamente a divisão manufatureira do trabalho e sua anexação vitalícia de um ser humano inteiro a uma operação detalhista, a forma capitalista da grande indústria reproduz aquela divisão do trabalho de maneira ainda mais monstruosa [...]. Ela se manifesta, entre outras coisas, no fato terrível de que grande parte das crianças empregadas nas fábricas e manufaturas modernas, agrilhoadas desde a mais tenra idade às manipulações mais simples, sejam exploradas por anos a fio sem que lhes seja ensinado um trabalho sequer, que as torne úteis, mais tarde, mesmo permanecendo nessa mesma manufatura ou fábrica (MARX, 2013, p. 677-678).

Outro fator que se torna evidente, neste relato, é a crítica ao ensino puramente intelectual apartado da atividade trabalho, no qual não permitiria o pleno desenvolvimento dos estudantes. Desta forma, se resalta o avanço na área do ensino de crianças e jovens trabalhadores, principalmente em relação àqueles que não exerciam a atividade trabalho. Mas se explana, também, que no sistema capitalista não seria possível que o trabalho produtivo pudesse ser uma fonte de formação humana, devido à sua constituição fragmentada baseada em objetivos da exploração da mais-valia pelos proprietários dos meios de produção. Neste sentido, trata-se de uma defesa que visa manter na escola àqueles que normalmente seriam privados dela – crianças e jovens trabalhadores. Uma defesa que vem acompanhada de uma proposta de transformação da educação oferecida à classe trabalhadora, de forma que esta pudesse se tornar mais capacitada a deflagrar a revolução. Neste seguimento, Marx (2011a, p.85) elucida que,

a sociedade não pode permitir que pais e patrões empreguem, no trabalho, crianças e adolescentes, a menos que se combine este trabalho produtivo com a educação.

Por educação entendemos três coisas:

- 1) Educação intelectual.
- 2) Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares.
- 3) Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais.

À divisão das crianças e adolescentes em três categorias, de nove a dezoito anos, deve corresponder um curso graduado e progressivo para sua educação intelectual, corporal e politécnica. Os gastos com tais escolas politécnicas serão parcialmente cobertos com a venda de seus próprios produtos. Esta combinação de trabalho produtivo pago com a educação intelectual, os exercícios corporais e a formação politécnica elevará a classe operária acima dos níveis das classes burguesa e aristocrática. O emprego de crianças e adolescentes de nove a dezoito anos em trabalhos noturnos ou em indústrias, cujos efeitos sejam nocivos à saúde deve ser severamente proibido por lei.

Percebe-se que o empenho por uma educação subversiva ao capitalismo se direciona especificamente à classe trabalhadora. Afinal, considerando o contexto de desenvolvimento do capitalismo, a proposta marxiana da formação omnilateral em escolas politécnicas não poderia ser prevista como possível de ser oferecida a todas as classes igualmente. Seria como tentar transformar radicalmente a educação sobre

bases estruturais ainda não revolucionadas. O que não seria factível, pois a educação como uma superestrutura social não poderia ter tamanho grau de autonomia frente à estrutura econômica capitalista, já que a revolução, e não a educação, poderia realizar a subversão do capitalismo. Propor uma educação igualitária, ainda no capitalismo, não se configura como condizente com uma perspectiva materialista histórica dialética.

Educação popular idêntica para todos? O que se entende por essas palavras? Acredita-se que na sociedade atual (e é dela que se trata) a educação possa ser *idêntica* para todas as classes? Ou então se exige que também as classes superiores sejam reduzidas à força a limitar-se ao ensino restrito – a escola primária –, único compatível com a situação econômica não só dos operários assalariados, mas também dos camponeses? (MARX, 2008b, p. 126, grifos do autor).

Pelo menos com o objetivo de ser realizado ainda na sociedade burguesa, o ensino não poderia ser transmitido igualmente a todas as classes sem o risco de desqualificação da educação em direção àquela oferecida às classes populares. Afinal, o sistema capitalista não poderia sustentar amplamente uma educação que forma o ser humano em sua integralidade ontológica, isso seria um contrassenso à perspectiva materialista. Neste sentido, esse tipo de educação revolucionária se destina, inicialmente, apenas à classe com o potencial revolucionário. Parte-se do princípio que, por corresponder à uma formação humana condizente com seu pleno desenvolvimento, nas escolas politécnicas se poderia realizar uma formação que possibilitasse à classe trabalhadora realizar a luta revolucionária pela subversão da exploração e opressão que esta carrega na configuração social capitalista. Uma proposta que requer um tensionamento nas atuais condições sociais capitalistas com vistas à criação de condições para sua superação.

Nesta mesma lógica, não seria possível conceder ao Estado, ainda capitalista, a responsabilidade de uma formação omnilateral. Por isso, Marx (2008b) esclarece que, ao defender uma educação pública e gratuita, às custas da nação, não significa o Estado definir como seria realizada a educação.

É preciso rejeitar peremptoriamente uma "educação popular a cargo do Estado". Uma coisa é determinar, mediante uma lei geral, os recursos das escolas primárias, a qualificação do pessoal docente, os currículos, etc.; e fiscalizar por intermédio de inspetores públicos, a execução dessas prescrições legais [...]. Outra coisa completamente diferente é fazer do Estado o educador do povo! É preciso antes banir toda influência sobre a escola, tanto de parte do governo e quanto da Igreja. [...]. Ao contrário, o Estado é que necessita receber do povo uma educação maciça (MARX, 2008b, p. 127).

A proposta marxiana prevê, portanto, um Estado que se responsabiliza por garantir a educação de todos, sem que este tenha seja o responsável pela organização educativa. Porém, sua normativa revolucionária, condizente com a proposta comunista que alcança a própria extinção do Estado, a recusa de um Estado educador vai mais além. Não apenas por se tratar de um Estado capitalista, mas a ideia de qualquer Estado educador não se desenvolve nas ideias marxianas. Como afirma Manacorda (2007, p. 105), “para Marx, a oposição ao Estado educador não é uma tese transitória, válida contra o Estado burguês, e que deva ser abandonada quando se trate de um Estado proletário”. Com exceção do período transitório da ditadura revolucionária do proletariado, a teoria marxiana não propõe a atribuição ao Estado das mesmas tarefas em função da classe trabalhadora. Ao contrário, a concepção de uma sociedade comunista se

fundamenta na ideia de que a “liberdade consiste em transformar o Estado, de órgão acima da sociedade, em órgão inteiramente subordinado a ela” (MARX, 2008b, p. 121).

Aprofundando este posicionamento que desprende da escola questões relativas ao Estado, e definindo de forma clara qual o papel social da escola, a afirmativa marxiana alega, também, que não deve haver lugar na escola para o ensino de questões político-ideológicas.

Nas escolas elementares - e, mais ainda, nas superiores, não faz falta autorizar disciplinas que admitem uma interpretação de partido ou de classe. Nas escolas só se deve ensinar gramática, ciências naturais... As regras gramaticais não mudam, seja um conservador clerical ou um livre pensador que as ensine. As matérias que admitem conclusões diversas não devem ser ensinadas nas escolas; os adultos podem ocupar-se dela sob a direção de professores que, como a senhora Law, façam conferências sobre religião (MARX, 2011c, p. 140).

Neste trecho se esclarece que, na tese marxiana, o desenvolvimento de temas que permitem interpretação de partido ou classe não cabem à escola. Porém, essa distinção sobre o que deve ser apropriado por meio da educação escolar, refutando perspectivas ideológicas a serem desenvolvidas na escola, não se refere a conceder às ciências um caráter de neutralidade ideológica. Manacorda (2007) explicita esta questão de forma a não realizarmos uma compreensão indevida:

A distinção, atual – e antiqüíssima – é, na essência, entre ciências humanas e ciências matemático-naturais, entre matérias literárias e matérias científicas, entre ciências do trívio e do quadrívio, artes sermocinais e artes reales. Mas, por acaso, estas últimas estão livres de “acusações”? Por exemplo, e para permanecermos no campo do ensino, por acaso, conseguiu-se silenciar os contendores do darwinismo? Ou as matemáticas modernas suscitam discussões menores que a historiografia? Uma distinção rigorosa que pretenda discriminar o discutível e o certo é, sem dúvida, ilusória. Não obstante, parece-nos que o discurso de Marx, baseado nessa distinção, não é arbitrário; objetiva excluir do ensino toda propaganda, todo conteúdo que não seja uma aquisição imediata de saber; objetiva construir um ensino rigoroso de noções e de técnicas. Se se leva em consideração o tipo de escola para trabalhadores que existia em seu tempo e na perspectiva do futuro – ligada ao trabalho de fábrica e fundamentada na teoria e na prática de uma moderníssima ciência da tecnologia – vê-se que há pouco lugar para uma cultura desinteressada [...]. Só que, para ele, a estrutura escolar continua essencialmente destinada à aprendizagem do que é necessário ao homem no “reino da necessidade”; o restante, o que o coloca no “reino da liberdade”, muito longe de negá-lo, remete-o, antes de mais nada, à vida cotidiana, ao intercâmbio espiritual com os adultos. Em resumo, estamos perante uma determinada concepção da relação escola-sociedade, do lugar que a escola – local de trabalho das crianças – pode ter nela. [...]. O papel social da escola configura-se, pois, para ele, sobretudo, como uma integração à fábrica, do mesmo modo como a aprendizagem dos ofícios era uma integração à oficina artesanal (MANACORDA, 2007, p. 108-109).

De acordo com a explicação acima, a proposta se apoia na compreensão de que a escola é o espaço para o desenvolvimento da atividade trabalho, em sua concepção ontológica, ou seja, do ser humano em sua integralidade fundamentado na esfera a qual o concede a sua humanidade. Política, religião, filosofia e outras objetivações humanas, decorrentes da própria atividade ontológica humana, deveriam ser desenvolvidas em outros espaços, mesmo que possuam um caráter revolucionário. Todavia, lembra-se que promover uma formação omnilateral, no qual se forma o ser humano imbuído integralmente em sua atividade que o permite conceber a realidade concreta como algo criado e transformável por ele, já carrega em si uma forte expressão revolucionária.

Sendo assim, há claramente a orientação contrária a uma ideologização do ensino, o que não significa uma crença em sua neutralidade. Mas que a escola não seria o lugar para se discutir política, pois esta temática deveria ser desenvolvida em outros espaços sociais. A proposta revolucionária marxiana se assenta na premissa de que a união entre ensino e trabalho produtivo, ao oferecer uma formação omnilateral, promoveria o ser em sua integralidade com alto desenvolvimento de sua capacidade criadora, necessária para compreender o mundo social, de propor transformações e de lutar por essas. Por essa perspectiva, a abordagem de questões político-ideológicas na escola se situa como desnecessária. Desta forma, se entende que o pensamento educacional marxiano não traz conteúdos ideológicos revolucionários a seres depositados nos estudantes, mas abrange o caráter revolucionário em sua própria realização, na formação omnilateral com a união entre ensino e trabalho produtivo por um viés politécnico/tecnológico.

Em resumo, o pensamento educacional marxiano, além de trazer elementos para se efetivar uma educação condizente com a sociabilidade comunista, institui também como a educação pode ser utilizada para operar de forma subversiva ao capitalismo, oferecendo à classe trabalhadora uma formação humana com qualidades revolucionárias.

Considerações finais

Buscando esclarecer os pressupostos marxianos, que amparam o desenvolvimento de teorias educacionais marxistas, percebe-se a genialidade em buscar uma formação revolucionária que surge na radicalidade do que significa ser humano: a capacidade ontológica humana de transformar a realidade. Portanto, caberia a educação, não implantar ideologicamente conteúdos revolucionários, mas realizar a formação humana em toda sua potencialidade, que em si seria capaz de promover revoluções no sentido da superação de todas as formas de sociedades de exploração.

Com esta perspectiva, uma educação escolar marxista deve se alicerçar na formação da humanidade da forma mais radical possível, ou seja, a busca pela humanização, que é negada pela configuração social do trabalho no sistema capitalista. Por este caminho, cabe à educação escolar oportunizar que os indivíduos se apropriem dos patrimônios humanos; que faça seus sentidos serem sentidos humanos; restabelecendo sua conexão com o gênero; favorecendo que estes se relacionem com os outros indivíduos não como opositores; e permitindo que estes se identifiquem com todas as questões relativas à humanidade pelo simples fato de serem, também, seres humanos. Uma educação escolar revolucionária tem, portanto, a pretensão da formação humana que resgata o sentido ontológico de ser humano – o ser que tem a possibilidade concreta de transformar a realidade na qual se encontra, sendo capaz, inclusive, de construir uma sociedade para além do capitalismo.

Referências:

ABREU, Malila da Graça Roxo. Princípios da pedagogia socialista: primeiras aproximações. In: IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 2009. **Anais eletrônicos...** São Luís: UFMA, 2009. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos2_OLD/11.%20Impasses%20e%20Desafios%20das%20Políticas%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o/PRINCIPIOS%20DA%20PEDAGOGIA%20%20SOCIALISTA.pdf>. Acesso em 21 dez. 2020.

ENGELS, Friedrich. Princípios do Comunismo. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas: Navegando, 2011.

LOMBARDI, José Claudinei. Introdução. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas: Navegando, 2011.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Alínea, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas: Navegando, 2011a.

MARX, Karl. O Salário. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas: Navegando, 2011b.

MARX, Karl. Exposição nas Seções dos dias 10 e 17 de agosto de 1869 no Conselho Geral da AIT. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas: Navegando, 2011c.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo editorial, 2008a.

MARX, Karl. Crítica ao programa de Gotha. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2008b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas: Navegando, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez Editora; Autores Associados, 1991.

Notas

¹ Doutora e Mestre em Educação pelo programa de pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília. Possui Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e é especialista em Psicopedagogia, pela Universidade Católica de Brasília. Professora do Instituto Federal de Brasília, Campus Brasília. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1109538090934747>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8425-1269>. E-mail: fernanda.lima@ifb.edu.br.

² Do latim *omne*, o prefixo possui o significado de todo/inteiro.

Recebido em: 06 de maio 2022

Aprovado em: 17 de out. 2022